

JUSTIÇA

STF conclui julgamento iniciado na semana passada e decide que é inconstitucional a execução das chamadas emendas de relator. Resultado tem impacto direto no próximo governo

SUPREMO ENTERRA O ORÇAMENTO SECRETO

LUANA PEREIRO

Brasília – Com placar final de 6 a 5, o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou a constitucionalidade da execução das emendas de relator, conhecidas como orçamento secreto. Na semana passada, nove ministros apresentaram seus votos. A discussão foi retomada ontem, com os posicionamentos dos ministros Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes.

Lewandowski acompanhou o entendimento da relatora da ação, ministra Rosa Weber, pela inconstitucionalidade dos recursos. Por outro lado, o decano Gilmar Mendes, o último a votar, julgou as ações contra os recursos parcialmente procedentes, entendendo pela constitucionalidade das emendas.

Segundo Lewandowski, o orçamento secreto viola a Constituição. O ministro destacou que o Congresso não conseguiu se adequar às exi-

gências e aos parâmetros constitucionais de transparência e apontou que a resolução aprovada na semana passada apresentou "avanços significativos", mas ainda não resolveu as incompatibilidades com a lei. Na sua avaliação, não houve resposta a contento para questões como a identificação de quem pediu e quem se beneficiou dos recursos, além da rastreabilidade do dinheiro.

Para Gilmar Mendes, mesmo com a necessidade de se garantir mais transparência, não é possível simplesmente declarar inconstitucional a possibilidade de emendas preventivas. Ele disse, ainda, que a discussão acerca do tema deveria ser enfrentada "sem demonizações de ocasião".

A votação teve início na quinta-feira passada, um dia após o voto da presidente do STF – que se posicionou pela inconstitucionalidade dos recursos. Para Rosa Weber, relatora da matéria, o pagamento

das RP-9 a parlamentares, nome técnico dos recursos, é "recoberado por um manto de névoas". Ela votou por vedar o uso do instrumento para atender aos pedidos de parlamentares ou de pessoas externas ao Congresso. A ministra disse que essa utilização das emendas não está de acordo com princípios constitucionais e que viola a separação de Poderes e o direito à Informação. Afirmou ainda que o mecanismo desequilibra o processo democrático.

De acordo com Rosa Weber, são incompatíveis com a Constituição "as práticas orçamentárias viabilizadoras do chamado 'esquema do orçamento secreto', consistentes no uso indevido de emendas do relator geral do Orçamento". A ministra defendeu ainda que as emendas de relator só poderiam ser usadas para fins restritos, previstos na Constituição, de correção de erros ou omissões. Ela foi acompanhada por

Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Cármen Lúcia, Luiz Fux e Ricardo Lewandowski.

Os ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli entenderam que a emenda de relator é constitucional, mas precisa de maior transparência e de regras de proporcionalidade por partidos e necessidades dos estados e municípios. Já André Mendonça, Gilmar Mendes e Kassio Nunes Marques votaram pela liberação do orçamento secreto.

O julgamento era um dos mais aguardados do ano, pois tem impacto direto no governo do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e no Congresso Nacional. Durante a campanha, o petista se posicionou contra o orçamento secreto. Depois, amenizou o tom e passou a defender uma solução meio-termo para o caso. Os repasses viraram moeda de negociação política entre o Executivo e o Legislativo durante a gestão de Jair Bolsonaro (PL).

R\$ 19,4 BILHÕES Com a derrubada do orçamento secreto pelo Supremo, uma das questões que estão sendo debatidas é para onde serão destinados os R\$ 19,4 bilhões que estavam reservados para este fim no orçamento de 2023. O relator do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI), disse na tarde de ontem que esses recursos deverão ser distribuídos para as emendas de bancada e de comissão, do Senado e da Câmara dos Deputados. "Vou colocar esses R\$ 19,4 bilhões preferencialmente em emendas de comissão. Tem comissão de educação, de assistência social, de saúde, de infraestrutura, de esporte, de turismo, etc. Os presidentes das comissões poderiam decidir para onde vão as emendas", disse Castro. Ontem, ele entregaria à Comissão Mista de Orçamento (CMO) seu relatório de proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2023.

VEJA COMO VOTOU CADA MINISTRO

- ROSA WEBER**
 - Relatora do processo, votou como inconstitucional o orçamento secreto
- ANDRÉ MENDONÇA**
 - Divergiu da relatora e argumentou que o orçamento secreto é constitucional, mas disse que a distribuição de recursos precisa seguir os mesmos regras de transparência do Orçamento
- NUNES MARQUES**
 - Divergiu da relatora e entendeu que as emendas são constitucionais. Também afirmou que é necessário transparência nos dados
- ALEXANDRE DE MORAES**
 - Apresentou um "voto médio". No entendimento dele, passaria a aplicar o procedimento da RP6 (emendas individuais). Na prática, mantém o dinheiro à disposição do Parlamento, mas fixa total transparência e o critério proporcional na distribuição dos recursos



Os ministros Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes concluíram ontem a votação no plenário do Supremo. Por 6 votos a 5, o orçamento secreto foi considerado inconstitucional

Aras muda posição e se alinha a Weber

Brasília – O procurador-geral da República, Augusto Aras, mudou a posição do Ministério Público Federal sobre as emendas de relator e se alinhou ao voto da presidente do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber, que levou à derrubada do dispositivo. O anúncio foi feito ontem, ao término da conclusão do julgamento. Por 6 votos a 5, o plenário classificou de irregular o uso das emendas de relator para criar ou ampliar despesas.

"Há nos autos a manifestação do procurador-geral da República em sentido contrário ao voto de Vossa Excelência", disse Aras. Contudo, após o caminho ser trilhado com todos os acréscimos trazidos nos debates, especialmente com os fatos novos e com o direito novo posto no Congresso, e com todos os acréscimos aqui declinados, parece-me relevante registrar que o Ministério Público Federal, na sessão de sustentação oral, acompanhou V. Exa. alterando

seu posicionamento. Aras pediu a Rosa que constasse na ata de julgamento a mudança de posição da Procuradoria.

No último dia 7, quando o voto da presidente do STF sobre o tema, a vice-procuradora-geral da República, Lindóia Maria Araújo, afirmou estar em julgamento pelo STF a falta de transparência das emendas, mas não defendeu a inconstitucionalidade do instrumento. "A transparência deve ser feita e já foi determinada e, pelo que entendi, já está sendo efetuada", disse a representante da Procuradoria em sua sustentação oral.

Para ela, o fato de as providências tomadas pelo Legislativo e pelo Executivo visando garantir rastreabilidade e transparência às emendas faz com que o tema esteja "esgotado". O Supremo neste momento não é um palco político. Ele não deveria, como foram feitos durante as sustentações, receber apenas



Augusto Aras alterou sua posição inicial e considerou o orçamento secreto inconstitucional

uma crítica ao Congresso Nacional, que fez isso. Os políticos estão lá pelo voto popular, que também deve ser respeitado", afirmou.

Segundo o chefe do MPF, o julgamento ora concluído "apenas um capítulo" e novas fases sobre o tema deverão ser enfrentadas mais adiante. "O Ministério Público não quer se comprometer com uma fase que se manifestou anteriormente no momento de uma cognição incompleta", disse Aras.

Lira vê interferência do presidente eleito

Brasília – O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), indicou a pessoas com quem conversou ontem ver interferência do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), no voto do ministro Ricardo Lewandowski (STF) sobre as emendas de relator. Lira conversou rapidamente com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e com líderes partidários pouco após o Supremo declarar a inconstitucionalidade das emendas de relator, instrumento que coloca bilhões do Orçamento na mão dos congressistas e é usado para barganha política no Congresso.

A interlocutores, ele sinalizou que a decisão pode influenciar o humor dos deputados, em especial por causa de uma possível mudança repentina de voto do Lewandowski, que ocorreu mesmo após articulação nos bastidores de Pacheco com ministros do STF.

Lira e deputados avaliaram que o episódio evidenciou interferência política de Lula junto ao ministro para que declarasse inconstitucional esse tipo de emenda, criticada pelo petista durante a campanha eleitoral. Reservadamente, o presidente da Câmara avalia que uma solução para esse révis pode vir em reunião com líderes partidários e com Pacheco. Uma das medidas em estudo é ampliar os percentuais destinados a emendas individuais e de bancada, que são impositivas, ou seja, com execução obrigatória por parte do governo.

A mudança, se confirmada, seria feita na própria PFC da Transição, que já foi aprovada pelo Senado e pode ir a votação na Câmara ainda nesta semana. Aos interlocutores, Lira disse que atitudes como a que atribuiu aos petistas torna mais difícil a tarefa do governo deito de formar base no Congresso.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política **Página:** 3